



Em Quito, a Argentina decepcionou os que esperavam discurso contundente e permitiu o consenso em torno de um documento objetivo. A reunião foi "surpreendentemente produtiva"

América do Sul se une nas dívidas

Humberto Netto

Logo após a posse do presidente Raul Alfonsín, surgiram fortes indícios de que o novo governo argentino estaria disposto a dar um tratamento «de choque» à dívida externa do país. Ventilou-se, inclusive, a possibilidade de que a Argentina estaria prestes a decretar uma moratória unilateral. Hoje, pouco mais de um mês de iniciado o governo Alfonsín,

Código civil argentino prevê a "confusão", em que credor e devedor são a mesma pessoa física. Nestes casos, governo vai ignorar os débitos.

parece não haver dúvida de que os argentinos não consideram a hipótese extrema da moratória. Isso ficou claro nos discursos e nas declarações feitas pelos delegados argentinos presentes à Conferência Econômica Latino-Americana, realizada recentemente em Quito. Contudo, se a Argentina exibiu uma postura moderada — sob diversos aspectos semelhante às posições assumidas pelo Brasil naquele foro —, poucos dias depois, Bernardo Grinspun, ministro da Economia, revelava em Nova Iorque que o seu país não aceitará juros «de usura», muito menos concordará com a imposição à Argentina, pelos seus credores, de «políticas recessivas». Ele também recordou uma velha tradição de seu partido Radical, ressaltando que «quando dizemos alguma coisa, é porque pretendemos cumpri-la».

Segundo um diplomata brasileiro presente à reunião realizada na capital equatoriana, «quem aguardava pronunciamentos radicais e contundentes dos argentinos, teve que se contentar com falas moderadas e discretas. Eles reiteraram que não estavam pedindo moratória, e que apenas propunham aos seus credores a suspensão dos pagamentos, para que o novo governo pudesse reavaliar melhor a situação, refazendo o perfil de sua dívida externa. O próprio chanceler Dante Caputo, do qual houve quem esperasse um pronunciamento explosivo, preferiu fazer um discurso de tom eminentemente político, afinal ele próprio é um político. Assim, eles não levaram nenhuma tese incendiária à Conferência».

Para a fonte, «há que se considerar o fato de que o próprio governo argentino ainda está se inteirando da situação». Nesse sentido, a delegação argentina acabou figurando no consenso que permitiu a elaboração de um documento capaz de sintetizar boa parte das idéias e aspirações dos devedores latino-americanos: «O que se alcançou foi um documento objetivo, racional, desprovido

de qualquer conotação emocional, e a Conferência permitiu que fosse elaborado um texto ao qual os países poderão fazer referência no processo de renegociação de suas dívidas. Não havia interesse em elaborar panfletos, algo que não tivesse nenhuma validade legal. Assim, o que se alcançou foi um documento que tem a finalidade de persuadir, mostrar uma unidade de visão do continente, que é o mais afetado pela crise, e também de buscar saídas junto com os países credores, à base do diálogo. A tônica da conferência foi realista. O relatório final será encaminhado pelo presidente Osvaldo Hurtado aos governos dos países desenvolvidos credores e a todos os organismos financeiros internacionais, além dos integrantes do Grupo dos 77. Há também a expectativa de que os governos da Argentina e da Venezuela utilizem esse documento nas negociações de suas dívidas. Assim, em certos sentidos, a conferência foi surpreendentemente produtiva».

Mas, se os argentinos se alinharam com o Brasil e os demais países da América Latina (à exceção do Equador — que promoveu a Conferência — e da Jamaica, que defendeu teses um pouco mais «duras»), parece líquido e certo que o governo de Buenos Aires optou por al-

Diferenças nas fórmulas brasileira e argentina devem-se às diferenças na origem das dívidas: aqui, para investir; lá, para especulações

ternativas distintas daquelas eleitas pelos brasileiros na tarefa de renegociação de sua dívida externa.

O próprio ministro Grinspun reconheceu que o governo de seu país ainda está verificando qual o valor exato dos débitos. Entretanto, foi ele próprio quem alertou para o fato de que o código civil argentino prevê a existência de uma figura definida como «confusão». Ela se configura nas situações em que, na tomada de empréstimos, devedor e credor são a mesma pessoa. Tais operações foram comuns na Argentina e tinham como único objetivo a «sangria» de moedas fortes do país. Em casos como esses, a Argentina simplesmente passará a ignorar a existência de qualquer débito.

Peculiaridade do código civil argentino à parte, não se pode ignorar o fato de que Raul Alfonsín, ainda em campanha, assumiu publicamente o compromisso de rejeitar qualquer espécie de programa recessivo que venha a ser imposto à Argentina pelos credores e por organismos financeiros internacionais, como o FMI.

Ou seja: a Argentina, ao contrário do Brasil, em absoluto dará aos credores e ao

Guerreiro denunciou o paradoxo dos países pobres estarem subsidiando a recuperação dos países ricos, transferindo-lhes recursos reais.

FMI, o controle das rédeas de sua economia. Nem permitirá que eles imponham ao país uma recessão ainda maior que aquela que a Argentina enfrenta hoje.

Outros fatos tornaram-se notórios no encontro de Quito. Um deles é o de que o máximo que países como o Brasil e a Argentina farão, será assumir posições semelhantes em reuniões com idênticos objetivos. Porém, quando se tratar da negociação efetiva de suas dívidas externas, ambos optarão por caminhos divergentes. Segundo uma fonte do Itamaraty, «é natural que seja assim. Afinal existem diferenças fundamentais nos perfis dos débitos de um país e do outro. O próprio presidente Alfonsín reconheceu que a dívida argentina foi contraída, em grandes proporções, com fins especulativos, através de manobras financeiras. No Brasil, foi diferente. A dívida brasileira teve por objetivo permitir investimentos elevados em projetos de larga maturação, e esses projetos tiveram o seu rendimento prejudicado pela crise internacional e pela consequente recessão que provocou a nível nacional. Isso aconteceu, por exemplo, com relação a Itaipu ou aos grandes projetos de mineração, como Carajás. Ressaltadas essas diferenças básicas, é normal que os dois países busquem soluções próprias, que se ajustem melhor às suas respectivas realidades».

Porém, se no campo prático parece certo que Brasil e Argentina escolheram fórmulas diferentes para enfrentar o problema, seus governos não divergem na análise que fazem da crise econômica internacional e das propostas que encaminham com o objetivo de retirar os países em desenvolvimento da mais aflitiva situação de toda a sua história. É verdade que, em Quito, o chanceler Dante Caputo preferiu fazer um discurso político. Ainda assim, ele criticou duramente os países industrializados e denunciou novas formas de colonialismo, que fazem, dos países latino-americanos, «peões jogados num tabuleiro que desconhecemos e com objetivos que não são os nossos». Porém, ao conversar com o chanceler Saraiva Guerreiro, Caputo mostrou amplas concordâncias com as teses levantadas pelo ministro brasileiro.

Guerreiro aproveitou seu pronunciamento para, na condição de representante do maior devedor de todo o mundo, tecer uma análise crítica da atual situação

internacional. Ele considerou «paradoxal a situação em que hoje nos encontramos, sendo países pobres e estruturalmente carentes de capital, de estarmos a transferir recursos reais para o mundo desenvolvido, subsidiando-lhe a recuperação. Ele também defendeu a retomada das negociações globais, criticou as medidas protecionistas colocadas em prática pelos países desenvolvidos e pregou uma divisão mais equitativa dos ônus gerados pela crise entre ricos e pobres. Além disso, o chanceler brasileiro não concluiu seu discurso sem antes apresentar algumas proposições que se destinariam a contribuir para a busca de uma saída para a presente crise: 1) o crescimento econômico sustentado é condição indispensável para o atendimento das necessidades mínimas de nossas populações e para a estabilidade político-social de nossos países; 2) as conquistas alcançadas no processo de industrialização de nossos

Análises brasileira e argentina da crise mundial têm muito mais pontos em comum do que diferenças. E divergências são mais de forma que de conteúdo

países em desenvolvimento devem ser preservadas, e continuados com vigor nossos esforços de capacitação autônoma em setores de importância estratégica para o desenvolvimento e a soberania nacionais; 3) a conquista de saldos comerciais crescentes pelos países devedores deve ser assegurada, principalmente pelo crescimento das exportações, evitando-se a excessiva contração das importações e 4) é imprescindível o alívio imediato da situação do endividamento externo dos países em desenvolvimento, por alguma forma de redução do serviço da dívida, reduzindo-se, pelo menos, as pesadíssimas sobrecargas dos juros, se não estes mesmos, e fazendo-se um esforço com vistas ao reescalonamento de pagamentos em perspectiva de longo prazo, pelo aumento dos fluxos financeiros e por maior previsibilidade do acesso a recursos.

Segundo observadores brasileiros, «basicamente não há divergência nas análises que argentinos e brasileiros fazem da presente crise econômica internacional. Há quase que total coincidência e, se diferenças existem, são muito mais de forma que de conteúdo ou de princípio. Esse não deixa de ser um fato importante. A unidade de pensamento certamente não conduzirá à formação de um cartel de devedores, que não é o que se pretende, mas servirá como elemento capaz de reforçar a condição negociadora desses países enquanto devedores».